

Guia de Publicações



Escola Superior do
Ministério Público da União

Brasília-DF
2022

Todos os direitos reservados à

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

SGAS Quadra 603 Lote 22 Brasília-DF | 70200-630

(61) 3553-5523 | 3553-5524

www.escola.mpu.mp.br | esmpu@escola.mpu.mp.br

Alcides Martins Diretor-Geral

Manoel Jorge e Silva Neto Diretor-Geral Adjunto

Carlos Vinícius Alves Ribeiro Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação

Graziane Madureira Secretária de Comunicação Social

Ivan de Almeida Guimarães Secretário de Administração

Rajiv Geeverghese Secretário de Tecnologia da Informação

IDEALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Divisão de Editoração e Publicações Lizandra Nunes Marinho da Costa Barbosa

Núcleo de Preparação e Revisão Textual Carolina Soares – chefia,

Davi Silva do Carmo e Sandra Maria Telles

Núcleo de Produção Gráfica Sheylise Rhoden – chefia,

Natali Andrea Gomez Valenzuela

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO 2ª EDIÇÃO (AACR2)

E74g Escola Superior do Ministério Público da União (Brasil).
Guia de publicações / Escola Superior do Ministério
Público da União. – Brasília, 2022.

ISBN 978-65-88299-82-1

1. Editoração – normalização – Brasil. 2. Publicação.
3. Direito autoral – Brasil. 4. Livro – normalização – Brasil.
I. Título.

CDD 070.5

Elaborada por Vinícius Cordeiro Galhardo – CRB-1/2840

“Essa é a grandeza de nossa ordem, pensei: durante séculos e séculos homens como esses viram a irrupção de hordas de bárbaros, os saques de suas abadias, a queda de reinos em vórtices de fogo e, no entanto, continuaram a amar os pergaminhos e as tintas e continuaram a ler sussurrando palavras que eram transmitidas há séculos e que eles, por sua vez, transmitiam aos séculos vindouros.”

– Umberto Eco, *O nome da rosa*

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO
11	POLÍTICA EDITORIAL
11	Histórico
12	Linhas editoriais
13	Tipologia das publicações técnico-científicas da ESMPU
14	Publicações não periódicas
15	Publicações científicas periódicas
17	Modalidades de publicação
19	PROCESSO EDITORIAL
19	Submissão
19	Admissibilidade e análise
21	Direitos autorais
21	Editoração da obra
22	Produção editorial
27	O LIVRO
27	Estrutura
29	Formatação dos originais
31	Padronização e normalização dos originais
39	LITERATURA SUGERIDA
41	REFERÊNCIAS
43	CATÁLOGO DE TÍTULOS PUBLICADOS

A busca pelo conhecimento científico tem-se revelado prática constante nas instituições públicas com o propósito de agregar criticidade, rigor, criatividade, coerência e sistematização nas suas ações cotidianas.

O Ministério Público, consciente de sua importância na sociedade como um todo, incentiva a reflexão, a superação do senso comum, o pensamento crítico e a produção de conhecimento de seus pares.

Responsável por promover academicamente a produção de conhecimento científico no âmbito do Ministério Público da União, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) dedica especial atenção à produção intelectual de seus membros e servidores, assim como de colaboradores, reunindo e disseminando conteúdos relevantes para os ramos do MPU.

Contemplada no [Estatuto](#) e no [Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU](#), a atividade editorial, ao dar destaque ao conhecimento produzido, busca contribuir para a democratização do saber e para a facilitação do acesso ao pensamento jurídico e científico promovido pela Instituição.

Para atender o público abrangente, são disponibilizadas linhas editoriais sistematizadas conforme as frentes de atuação da ESMPU e parametrizadas em critérios qualitativos de produção científica, de impacto nos debates de temas de relevo da atualidade e de necessidade de seu público-alvo.

O rigor técnico e a qualidade das publicações da ESMPU são características reconhecidas pelo seu público. Ainda

assim, a Escola adota como princípio a constante avaliação de procedimentos com vistas ao aprimoramento de suas atividades, à capilaridade de suas publicações de modo geral e à qualificação da produção científica aliada à pesquisa científica. Diante disso, a ESMPU busca coadunar aos critérios editoriais os requisitos de órgãos oficiais de avaliação de programas de ensino, favorecendo, assim, não só a qualidade dos conteúdos como também a adequação da produção editorial ao cenário acadêmico.

Nesse sentido, para garantir os atributos das obras editadas pela ESMPU e otimizar os trabalhos editoriais, é fundamental que haja a comunicação facilitada entre a Instituição e os interessados em publicar pela Escola. Este **Guia de Publicações** vem, portanto, atender a esse propósito e apresentar a política editorial da Escola, os procedimentos necessários para a submissão de propostas e as normas para padronização dos textos, além de nortear os trabalhos dos profissionais que atuarão nos projetos editoriais da ESMPU.

Por fim, com o **Guia de Publicações**, a Escola Superior do Ministério Público da União espera também incentivar a publicação de novos títulos e, com isso, enriquecer o repositório de conhecimento jurídico do País.

Ressalte-se, ainda, que este guia se pretende dialógico e interativo: sugestões podem ser enviadas a qualquer momento para o endereço divep@escola.mpu.mp.br. Estas serão apreciadas e, quando pertinentes, incorporadas ao documento.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Histórico

A atividade editorial da ESMPU teve início em 2001, com a constituição do primeiro conselho editorial, a criação do periódico **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União** e a edição dos *Anais do Seminário de Direito Ambiental e Rejeitos Radioativos* – primeiras publicações editadas pela ESMPU. Em 2003, foi criada a série **Grandes Eventos**, destinada à difusão dos principais eventos promovidos pela Instituição.

Desde então, a Escola publicou vários títulos como instituição apoiadora e como coeditora. Em 2004, o conselho editorial foi reestruturado para composição exógena, formada por membros dos quatro ramos do MPU e por representantes da comunidade acadêmica. Nesse mesmo ano, foram disponibilizadas as primeiras publicações eletrônicas – individuais e coletivas –, e fixadas as linhas editoriais da ESMPU. Ainda nesse período, na configuração das melhorias e da profissionalização de suas obras, a ESMPU investiu em estrutura administrativa e de pessoal capacitado em editoração de forma ampla. A ação permitiu o desenvolvimento do processo editorial pela própria Escola, reduzindo os custos com contratos e redimensionando sua capacidade de produção.

Em 2006, a publicação do periódico e de obras avulsas diretamente produzidas pela ESMPU foi assumida como prioridade, o que demandou a expedição de regulamento de publicações, com estabelecimento de regras claras, do fluxo editorial e, ainda, de normas de formatação de originais. Houve também a

criação de novas linhas editoriais que contemplassem a produção acadêmica da Casa: **Série Capacitar** (trabalhos dos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento); **Série Pós-Graduação** (trabalhos de conclusão de curso); e **Série Pesquisas ESMPU** como veículos de produção científica. Nesse mesmo ano, foi lançada a **Série Manuais de Atuação**, com a finalidade de promover a atuação eficiente e eficaz do Ministério Público. A série tornou-se referência na comunidade jurídica, sendo seu modelo adotado em vários projetos de cooperação internacional entre o Ministério Público brasileiro e instituições congêneres.

Em atenção à política de disponibilização de conteúdo de acesso irrestrito na internet, como forma de difundir conhecimento, a ESMPU realizou, em 2018, a revisão dos critérios de veiculação para incentivar as publicações em suporte eletrônico.

Tem-se, portanto, que, numa linha evolutiva, a constante avaliação de procedimentos direciona a política editorial da ESMPU à capilaridade de suas publicações de modo geral e à qualificação da produção científica, sempre parametrizada no contexto editorial da atualidade, nas necessidades de seu público-alvo e no efetivo diálogo com a comunidade acadêmica e científica.

Linhas editoriais

As publicações editadas pela ESMPU, seguindo a esteira de sua missão institucional, constituem as seguintes linhas editoriais:

- ▶ Linha editorial abrangente de novos pensamentos sobre conhecimentos jurídicos.
- ▶ Linha editorial voltada às atividades-fim do Ministério Público.
- ▶ Linha editorial relacionada, direta ou indiretamente, aos cursos de pós-graduação e às atividades acadêmicas patrocinados ou oferecidos pela Escola, bem como às pesquisas nela realizadas.

- ▶ Linha editorial cuja disseminação proporcione maior efetividade do Direito no País.

Dessa forma, são publicados:

- ▶ Textos de doutrina jurídica.
- ▶ Textos resultantes de pesquisas promovidas pela ESMPU.
- ▶ Textos adaptados de teses e dissertações.
- ▶ Manuais temáticos.
- ▶ Produtos de atividades acadêmicas e científicas.
- ▶ Artigos e resenhas de trabalhos científicos e de livros.

O conteúdo da obra publicada é de responsabilidade exclusiva do autor e não expressa, necessariamente, o pensamento institucional da ESMPU.

Tipologia das publicações técnico-científicas da ESMPU

Ao passo que as publicações administrativas abarcam o rol de expedientes e documentos diversos, como regulamentos, portarias, deliberações, avisos, ofícios, as publicações da ESMPU trazem conteúdos técnico-científicos e podem ser classificadas conforme viés temático e de periodicidade.

Dessa forma, o catálogo editorial da ESMPU é composto por **publicações não periódicas** e **publicações científicas periódicas**.

Publicações não periódicas

As publicações não periódicas da ESMPU são editadas a qualquer tempo e sem periodicidade definida (no caso de obras seriadas), e seu catálogo é constituído por obras avulsas – individuais ou coletivas –, por coleções e por séries relacionadas às atividades acadêmicas produzidas pela Instituição:

Obras avulsas

Constituem obras avulsas as publicações produzidas por membros e servidores do MPU, que versam sobre assuntos da área do Direito ou da atuação do Ministério Público. Podem ter natureza técnica ou científica.

Série Pós-Graduação

Coletânea de trabalhos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação ofertados pela ESMPU.

Série Pesquisas ESMPU

A série apresenta pesquisas promovidas pela ESMPU, no intuito de contribuir para a construção do saber e para a eficácia da justiça brasileira.

Série Capacitar

Resultado da produção acadêmica de membros nos Cursos de Ingresso e Vitaliciamento, a série reúne importantes reflexões jurídicas, relacionadas direta ou indiretamente com as funções cometidas ao Ministério Público.

Série Manuais de Atuação

A série visa subsidiar a atuação de membros e servidores em seu dia a dia. Os temas são tratados de maneira prática, direta e didática.

Às publicações não periódicas são atribuídos números identificadores de padrão internacional, ISBN (International Standard Book Number), composto de 13 dígitos que indicam o título, o autor, o país, a editora e a edição de uma obra.

Com o objetivo inicial de facilitar o controle de vendas e estoques de livros, o sistema conhecido como International Standard Book Number (ISBN) foi desenvolvido em 1967 com base em um código de numeração introduzido no Reino Unido. Em 1970, o sistema de numeração de livros foi aprovado pela Organização Internacional de Normalização (ISO), dando início às primeiras agências para implementação do padrão fora da Europa. Na América Latina, o Brasil foi um dos pioneiros na adesão à numeração padronizada, criando em 1978 sua primeira agência do ISBN. (Fonte: Câmara Brasileira do Livro).

Publicações científicas periódicas

São consideradas publicações periódicas aquelas de natureza seriada, editadas em período prefixado, de forma sucessiva e por prazo indeterminado. Às obras periódicas são atribuídos números identificadores de padrão internacional para publicações seriadas, ISSN (International Standard Serial Number).

Coordenadas por comitê editorial e regidas por normativas específicas, as publicações científicas periódicas da ESMPU são editadas por meio dos títulos *Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União* e *Revista Científica ESMPU*.

Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União

Primeira publicação da ESMPU, lançada em 2001, o periódico relaciona-se a conteúdo da atualidade voltado ao Ministério Público da União, seja na área do Direito, seja em áreas afins, e tem periodicidade semestral. Nele são publicados artigos produzidos por membros e servidores do MPU e, ainda, por colaboradores externos à instituição.

Revista Científica ESMPU

Destinada a promover o progresso da ciência, do desenvolvimento e da inovação nos temas afetos ao Ministério Público brasileiro, além de engajar o processo de pesquisa científica aplicada nos diálogos institucionais, a Revista Científica alinha a comunicação científica da ESMPU às melhores práticas editoriais recomendadas pelo MEC, pela CAPES, pelo CNPq, entre outros.

Chamamento de artigos

O chamamento de artigos para as publicações científicas periódicas ocorre por meio de edital, divulgado na página e nas redes sociais da ESMPU, e em outros meios de comunicação.

Modalidades de publicação

Todas as obras editadas pela ESMPU são publicadas em suporte digital, em formato PDF, e disponibilizadas na página da Instituição na internet, na área **Publicações**.

De acordo com a Adobe, empresa criadora do Portable Document Format (PDF), os documentos PDF podem contar com recursos de acessibilidade, como texto pesquisável e descrições de texto alternativas, permitindo que pessoas com deficiência acessem os conteúdos por meio de leitores e ampliadores de tela e impressoras braile.

Conforme relevância temática, as publicações podem ser lançadas em suporte impresso, em formato pré-estabelecido e em tiragem definida pela Diretoria-Geral da ESMPU, de acordo com o público-alvo da obra. Os exemplares são destinados a bibliotecas de órgãos públicos, de universidades públicas e católicas, e a instituições parceiras nacionais ou internacionais.

Submissão

Para ser submetido à apreciação, o projeto de publicação ou o artigo científico deverá cumprir os critérios estabelecidos em regulamentos, conforme a tipologia da publicação, ou em editais de chamamento.

Interessados em publicar sua **obra não periódica** devem apresentar o texto definitivo, por meio de **formulário eletrônico**, disponível na página da ESMPU, na área “Publicações”. O sistema de apresentação de projetos de publicação está disponível ininterruptamente.

Por sua vez, a apresentação de **artigos científicos** deverá ser feita conforme instruções constantes de edital de chamamento.

Admissibilidade e análise

A ESMPU conta com pareceristas, selecionados entre pessoas com vínculo com o Ministério Público da União e conhecimento da temática, para apreciação dos originais **definitivos** e **completos** dos projetos de obras, livretos, cartilhas e dos artigos enviados para o Boletim Científico e para a Revista Científica.

Os projetos de publicação recebidos em conformidade com as normas são examinados de acordo com seu conteúdo e sua forma, sua pertinência às linhas editoriais e a conveniência de sua edição.

Critérios observados

- Pertinência com a atividade-fim do Ministério Público da União.
- Atualidade temática e potencial de reflexão sobre a realidade jurídica, objeto das ações dos ramos do Ministério Público da União.
- Não ser o tema reiteração de enfoques conhecidos.
- Abrangência e interesse nacional, favorecendo-se os conteúdos de maior impacto.
- Conveniência da divulgação e difusão do conteúdo para outras instituições públicas ou privadas.
- Linguagem escorreita e compatível com padrões acadêmicos.
- Zelo no controle bibliográfico.
- Observância dos parâmetros técnicos de apresentação da obra.

O comitê editorial poderá, ainda, pronunciar-se sobre a modalidade de publicação, bem como definir a tiragem, no caso de veiculação impressa.

Somente as obras analisadas e aprovadas poderão ser publicadas com a chancela da ESMPU.

Das deliberações do comitê editorial não caberá recurso.

Direitos autorais

Ao publicar uma obra pela ESMPU, o autor concede, irrevogável e gratuitamente, os direitos autorais decorrentes da publicação a ele pertinentes, ressalvados os direitos autorais de natureza moral e os expressamente excluídos por lei, não sendo devido qualquer tipo de remuneração pela publicação da obra, independentemente da forma de divulgação.

Os direitos de publicação das obras aprovadas são reservados à ESMPU, com amparo na **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Lei dos Direitos Autorais** –, e a obra concluída somente poderá ser reproduzida, total ou parcialmente, mediante expressa autorização da Escola e citada a fonte original.

O autor deve encaminhar à ESMPU, conforme modelo fornecido pela Instituição, termo de concessão de direitos autorais e autorização de publicação e divulgação de sua obra intelectual.

Editoração da obra

Os projetos aprovados para publicação são encaminhados à Divisão de Editoração e Publicações para que seja iniciado o processo de produção editorial, de acordo com a **ordem de prioridade** definida pela Diretoria-Geral, considerando o Plano de Publicações em execução. O prazo médio para editoração da obra é de 90 dias.

O texto original aprovado, definitivo e completo recebe tratamento linguístico, de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical. Além disso, estão a cargo da ESMPU a criação da capa e do projeto gráfico de miolo e a diagramação da publicação.

Produção editorial



A primeira etapa do processo de produção editorial é a **preparação do original**, executada pelo Núcleo de Preparação e Revisão Textual (NUPRET) da ESMPU, que faz a revisão ortográfica, gramatical e de estilo, bem como verifica a

padronização do texto de acordo com as normas técnicas e editoriais da Escola.

Durante essa leitura, se a equipe de revisores tiver dúvidas quanto ao sentido do texto ou mesmo quanto ao conteúdo ou à atualização, o original é devolvido ao autor para esclarecimentos antes de seguir para a diagramação.

Paralelamente à preparação do original, uma cópia do texto é entregue ao Núcleo de Produção Gráfica (NUGRAF) para que a equipe de designers crie o **projeto gráfico** do livro.

Com o original preparado, as dúvidas resolvidas pelo autor e o projeto gráfico definido, o NUGRAF inicia a **diagramação** da obra.

Concluída essa etapa, as **provas gráficas** são cotejadas com o original preparado, a fim de detectar eventuais falhas que tenham ocorrido. Nessa etapa são verificadas, também, a conformidade da diagramação com o projeto gráfico; as sequências de paginação, de numeração progressiva nas subdivisões do texto, de notas de rodapé, de tabelas e figuras, e outras; a hifenização das linhas e a estética da página; a padronização textual e, ao final, é feito o confronto do sumário com o texto.

No momento em que o número total de páginas da obra estiver definido pela diagramação, são providenciados o ISBN e a ficha catalográfica, que é elaborada pela Biblioteca da ESMPU.

A última etapa da pré-impressão é o fechamento da arte-final e o seu envio à empresa contratada para os serviços de **impressão**. Nesse momento, libera-se o arquivo para disponibilização e divulgação da **versão eletrônica** da publicação.

Como se processa a distribuição das publicações

Publicações em formato digital

O acesso às publicações é imediato. As obras da ESMPU estão disponíveis para download gratuito, no site: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes>.

Publicações em formato impresso

As obras da ESMPU são distribuídas, gratuitamente, às bibliotecas das unidades do MPU, de órgãos afins, de universidades públicas e católicas e a instituições parceiras e afetas ao público-alvo da publicação.

Os demais interessados em receber exemplares devem solicitá-los, por e-mail, à Divisão de Editoração e Publicações, divep@escola.mpu.mp.br. Se disponível, o exemplar pode ser retirado na sede da ESMPU. Nos casos em que o solicitante resida fora de Brasília, é providenciado o encaminhamento da publicação, pelo correio, ao endereço informado no e-mail de solicitação.

Estrutura

A Escola Superior do Ministério Público da União, como órgão editor da Administração Pública, preza pela qualidade da gestão da documentação governamental e pelo zelo da informação como bem público. Neste sentido, a Escola coaduna seus padrões editoriais com outros órgãos, com o fim de preservar a identidade das publicações oficiais, que têm como princípio a adoção de normas brasileiras de documentação e padronização. No entanto, pela natureza do ofício editorial e para a preservação da memória institucional, a ESMPU se reserva o direito de desenvolver e aplicar padrões próprios de identidade e de estrutura em seus livros, conforme as características da obra, sem prejuízo para a unidade que identifica as publicações da Administração Pública.

A **estrutura mínima obrigatória** das publicações oficiais brasileiras é composta pelos seguintes elementos:

Externos

- Capa

Pré-textuais

- Página de olho ou falsa folha de rosto
- Página de autoridades (verso da falsa folha de rosto)
- Folha de rosto ou frontispício

Pré-textuais

- Página de expediente (verso da folha de rosto)
- Sumário
- Apresentação

Textuais

- Introdução
- Corpo ou desenvolvimento
- Conclusão

Apoio textual

- Referências

Pós-textual

- Colofão

São elementos **opcionais**: prefácio, epígrafes, dedicatória, agradecimentos, listas, notas, ilustrações, tabelas, gráficos, posfácio, apêndice, anexos, glossário e índice.

A editoração de obras pela ESMPU é feita por equipe própria que seguirá as recomendações técnicas de formatação e normalização. Contudo, as informações essenciais da publicação devem ser fornecidas em fase de submissão, nos originais definitivos.

São informações essenciais: título sucinto, nome dos autores e/ou coordenadores, sumário, apresentação, referências conforme normas técnicas, corpo de texto.

Formatação dos originais

“Originais” é o termo empregado para todo texto, literário ou científico, destinado a edição.

Em regra, todos os originais devem seguir as regras redacionais e de formatação conforme o gênero que os define, mas, para que a ESMPU possa analisar e editar o material em conformidade com o propósito da obra, é imprescindível que haja clareza e organização textual nos originais.

Além disso, a depender da linha editorial, algumas recomendações devem ser levadas em conta. Confira:

Trabalhos acadêmicos (monografias de final de curso, dissertações, teses)

Os textos acadêmicos devem ser adaptados ao estilo de livro ou artigo científico, retiradas as características impostas pela legislação ou regulamentos das instituições de ensino.

Devem ser eliminados justificativas, históricos de trabalhos de campo e longos agradecimentos a pessoas e instituições.

Instruções metodológicas de como utilizar melhor o livro e particularidades sobre sua estrutura são aceitáveis, mas devem ser sucintas e objetivas.

As notas devem ser reduzidas a um mínimo indispensável, fazendo-se a incorporação das notas ao próprio texto.

As referências bibliográficas devem seguir as normas da ABNT em vigor. Atualmente utiliza-se a NBR 6023:2018.

Trabalhos resultantes de pesquisas promovidas pela ESMPU

Nos trabalhos resultantes de pesquisas, pode-se mencionar os elementos próprios do projeto, como justificativa, objetivos gerais, objetivos específicos, hipótese etc., desde que de forma sucinta.

Os gráficos e as tabelas, bem como as figuras que contenham texto (esquemas, fluxogramas, mapas, organogramas, quadros, entre outros), devem ser enviados em arquivos editáveis e em alta resolução, a fim de que, no processo de diagramação, sejam adequados ao projeto gráfico definido para a obra.

É recomendável, ainda, relacionar o nome do arquivo da imagem no local exato do corpo de texto para que se garanta a acurácia das informações textuais e gráficas.

Registro das atividades acadêmicas realizadas pela ESMPU

Palestras e conferências pronunciadas em atividades acadêmicas realizadas pela ESMPU (congressos, seminários, simpósios etc.) devem ser encaminhadas em formato de artigo científico, obedecendo aos critérios estabelecidos nos regulamentos que norteiam as publicações.

Manuais de atuação

As obras que tiverem por objetivo servir de orientação aos membros de qualquer dos ramos do MPU em sua atuação

funcional devem ser submetidas ao Procurador-Geral do ramo correspondente para que ele dê o seu aval à publicação.

Artigo para as publicações científicas periódicas

Informações acerca do número máximo de páginas; do resumo em línguas vernácula e estrangeira e da quantidade necessária de palavras-chaves; da extensão do sumário; da forma de apresentação das notas explicativas e das referências bibliográficas; entre outras diretrizes, são apresentadas aos autores nos editais de chamamento de artigos científicos, conforme o viés do periódico.

Contudo, de modo geral, a ESMPU recomenda a objetividade textual e relevante e atualizada fonte literária. Outrossim, sugere o emprego de títulos sucintos e palavras-chaves representativas para facilitar a indexação do artigo e estimular a leitura pelo público-alvo.

Deve-se também prezar pela apresentação de biografia de pequeno corpo, privilegiando a titulação acadêmica e, sempre que possível, a atuação profissional de maior relevância.

Padronização e normalização dos originais

Em que formato deverão ser enviados os originais para apreciação?

Os originais a serem anexados aos sistemas de apresentação de propostas devem estar em extensão “.doc”. Arquivos em formato PDF não serão aceitos.

Estrutura do texto

Cada publicação tem sua característica e a boa composição depende da organização do conteúdo a ser apresentado. Não há regras que limitem a extensão e a subdivisão de uma publicação, mas é preciso, no planejamento textual, atentar-se para a funcionalidade comunicativa e a intencionalidade da publicação. Nesse sentido, o corpo do trabalho deve estar organizado segundo um encadeamento lógico. Isso favorecerá uma interação satisfatória entre leitor e autor e a atratividade editorial.

Estrutura recomendada

1 Folha de rosto constando título e subtítulo, se houver, e nome dos autores em ordem alfabética, seguido de minicurrículo com a titulação acadêmica e a ocupação profissional mais atual e/ou as mais relevantes já exercidas.

2 Sumário listando todas as partes integrantes da obra, excetuando-se as que o antecedem. Nele pede-se que os títulos das seções sejam grafados em caixa alta e as subseções com inicial maiúscula apenas na primeira palavra. A numeração deve ser feita em números arábicos.

3 Apresentação em que se esclarece brevemente o propósito daquela publicação ou o contexto e a relevância do estudo; no caso de artigo científico, a apresentação é dispensada, uma vez que se situa o leitor na introdução.

4 Introdução ou notas iniciais podem figurar na abertura da obra, contudo há casos em que o conteúdo é iniciado logo no primeiro capítulo. Quanto a artigo, convém observar os padrões acadêmicos.

5 No desenvolvimento, utilizar numeração progressiva na subdivisão do texto, de modo a expor numa sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir sua localização. Evitar, no entanto, a subdivisão excessiva do texto, admitindo-se, preferencialmente, um máximo de subtítulos de terceira ordem (p. ex., 1.1.1.).

6 As **tabelas** e **ilustrações** (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros e outros) deverão ser numeradas sequencialmente por toda a obra/artigo.

7 A ilustração deverá ser inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

8 A tabela com informações tratadas **estatisticamente** deve ser exibida conforme as **normas de apresentação tabular** do IBGE.

9 Os destaques deverão ser digitados em *itálico*. **Não utilizar negrito, sublinhado** ou CAIXA ALTA (maiúscula) como **destaque**. O **negrito** é admitido apenas nos **títulos** e **subtítulos**.

10 As citações devem seguir as normas da **NBR 10520:2002** da ABNT.

11 As **chamadas** devem ser indicadas **no texto** pelo sistema **autor-data**, isto é, pelo sobrenome do autor (ou nome da instituição autora), seguido da data (e do número de página, quando for o caso).

Segundo Ferreira Filho (2006, p. 96), plebiscito é uma “consulta extraordinária e excepcional exprimindo a opinião popular”.

O Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT assim considera, sempre que o registro não seja equivalente à prévia autorização do poder público (OIT, 1997, p. 56-59).

Segundo Jürgen Habermas (2003, p. 153), “[...] o princípio do exercício do poder no Estado de direito parece colocar limites à autodeterminação soberana do povo, pois o ‘poder das leis’ exige que a formação democrática não se coloque contra os direitos humanos positivados na forma de direitos fundamentais”.

As **citações diretas** no texto, com **até três linhas**, devem ser digitadas **entre aspas, na mesma fonte e corpo do texto normal**.

É o que destaca Eduardo Pimenta, ao comentar o art. 47 do diploma autoral de 1998: “a referida utilização é livre, não implicando em prévia autorização do autor. Não caracterizará violação de direito patrimonial nem de direito moral” (PIMENTA, 1998, p. 171).

As **citações diretas** no texto, com **mais de três linhas**, devem ser digitadas com **reco à esquerda** e alinhamento justificado, sem entrada de parágrafo, **sem aspas e em fonte regular** (sem itálico e sem negrito).

Procede-se à busca “quando fundadas razões a autorizarem”, em se tratando de busca domiciliar (artigo 240); [...] Isto mostra que a providência coercitiva não é arbitrária, muito embora, como salienta Manzini, *fique entregue, ao critério e discrição da autoridade, o exame dos motivos que tornem aconselhável a diligência* (MARQUES, 1997, v. 2, p. 290, *grifos nossos*).

Todas as obras referidas no texto devem **obrigatoriamente** constar nas “**Referências**” ao final do livro ou artigo.

Notas explicativas podem figurar no rodapé da página ou constituir uma seção ao fim do documento após as conclusões. Este último modelo é conveniente para publicações exclusivamente eletrônicas por propiciar maior conforto visual ao leitor.

Tanto as **notas de rodapé** como as **notas de fim** deverão ser numeradas em algarismos arábicos, de ordem única e consecutiva para o livro todo ou, em caso de coletânea de artigos, para cada artigo. Não se inicia a numeração a cada página.

Em corpo de texto, a numeração deve aparecer sobrecrita e, quando for o caso, imediatamente após o sinal de pontuação.

Deve-se evitar, conforme as normas técnicas brasileiras, o uso de nota de rodapé para apresentação de referência bibliográfica, exceto se esta constituir parte de uma nota explicativa.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas em uma lista ao final da obra ou do artigo, **em ordem alfabética** e com espaçamento entre **parágrafos**, de forma a identificar individualmente cada documento, conforme a **NBR 6023:2018** da ABNT. A entrada deve ser feita pelo sobrenome do autor (em letras maiúsculas), seguido das iniciais do nome e dos demais elementos essenciais. Para documentos online, além dos elementos essenciais e complementares, deve-se

registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data de acesso, precedida da expressão “Acesso em:”. Os elementos títulos devem ser destacados **em negrito**.

Anexos (documentos ou textos produzidos por terceiros) e apêndices (produzidos pelo autor) devem ser apresentados ao final dos originais. Conforme a NBR 14724:2005, essas partes são identificadas por “letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos”.

LITERATURA SUGERIDA

Com a finalidade de auxiliar na criação e na formatação dos originais, a ESMPU sugere a leitura do material bibliográfico a seguir:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Publicações oficiais brasileiras**: guia para editoração. Brasília: Presidência da República, 2010.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Princípios da técnica de editoração. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2008.

BRASIL. Escola Superior do Ministério Público da União. **Portaria n. 79/2021**. Institui e regulamenta a Revista da Escola Superior do Ministério Público da União - RESMPU. Brasília: ESMPU, 2021. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/atos-normativos/regulamentos/regulamento-da-revista-da-esmpu>. Acesso em: 1º dez. 2021.

BRASIL. Escola Superior do Ministério Público da União. **Resolução CONAD n. 03/2020**. Regulamenta a Política Editorial de Publicações não Periódicas da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Brasília: ESMPU, 2020. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/a-escola/atos-normativos/resolucoes/resolucao-conad-n-03-2020>. Acesso em: 1º dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Publicações oficiais brasileiras**: guia para editoração. Brasília: Presidência da República, 2010.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Agência Brasileira do ISBN**. História. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.cblservicos.org.br/isbn/historia/>. Acesso em: 1º dez. 2021.

CATÁLOGO DE TÍTULOS PUBLICADOS

A publicação de obras é atividade permanente da ESMPU.

Todos os títulos publicados são disponibilizados gratuitamente em <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/publicacoes>. Utilize o menu superior para conhecer as obras não periódicas, as séries e as publicações científicas editadas até o momento.

Acesse, leia e compartilhe o catálogo editorial da Escola.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-65-88299-82-1



9 786588 299821

WWW.ESCOLA.MPU.MP.BR